



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Seguridade Social – Políticas de Saúde, Políticas de Previdência Social, Políticas de  
Assistência Social

### RISCO, TERRITÓRIO E VULNERABILIDADE NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM DEBATE TEÓRICO-CONCEITUAL NECESSÁRIO AO SERVIÇO SOCIAL

CRISTIANA COSTA LIMA<sup>1</sup>

MARIA EUNICE FERREIRA DAMASCENO PEREIRA<sup>2</sup>

SALVIANA DE MARIA PASTOR SANTOS SOUSA<sup>3</sup>

#### RESUMO:

Reflexão acerca das categorias risco, vulnerabilidade e território que norteiam a prática dos assistentes sociais na Política Nacional de Assistência Social. Debate essas categorias a partir da tradição crítica. Conduz a reflexão a partir de revisão bibliográfica. Ao final, considera importante esse debate para que o assistente social não constitua em instrumento da política conservadora.

**Palavras-chave:** Risco; vulnerabilidade; território; Serviço Social.

#### ABSTRACT:

Reflection on the categories of risk, vulnerability and territory that guide the practice of social workers in the National Social Assistance Policy. Discussion of these categories based on the critical tradition. Reflection is conducted based on a bibliographic review. Finally, this debate is considered important so that social workers do not become instruments of conservative policy.

**Keywords:** Risk; vulnerability; territory; Social Work.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui-se em um trabalho de sistematização de resultados de investigação elaboradas pelas autoras nos seus grupos de pesquisa na Universidade Federal do

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Maranhão

<sup>2</sup> Universidade Federal do Maranhão

<sup>3</sup> Universidade Federal do Maranhão



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Maranhão. Objetiva trazer reflexões sobre as categorias “Território, Vulnerabilidade e Risco Social” no intuito de analisar as tendências teóricas que elas encerram e como ~~esses conceitos~~ têm sido apreendidos e incorporados no ~~cotidiano~~ do exercício profissional das/os assistentes sociais, no âmbito do processo de implementação da Política Pública de Assistência Social, a partir de sua inserção em processos formadores de cultura.

Isso implica observar que as mediações da intervenção são a base da construção do modo de ser do Serviço Social em sua inserção histórica na sociedade. Desse modo, conforme destaca Abreu (2017, p. 4), a intervenção<sup>4</sup> é a dimensão da profissão em que ocorre o movimento coletivo de construção e implementação de respostas às demandas contraditórias colocadas à profissão pelo movimento das classes sociais na formação da cultura, contribuindo para a estruturação de subjetividades e condutas que materializam nexos entre interesses econômicos, políticos e ideológicos em disputa na sociedade.

Partimos do entendimento de que, sob os marcos da sociedade capitalista, assenta-se um sistema econômico estruturado pela exploração, que gera relações sociais antagônicas na sociedade. Essa dinâmica afeta toda a vida social: o mundo do trabalho e da produção, o Estado e suas funções, as Políticas Públicas em particular, o Trabalho e a Educação, e o Serviço Social que, como profissão, também não fica imune.

Os nossos estudos têm evidenciado que, nesse processo, o mundo do trabalho tem se configurado cada vez mais precarizado e a formação profissional mais aligeirada, conformando profissionais com perfis crescentemente pragmáticos, que veem a “prática” como uma relação singular com o/a usuário/a, embasada numa perspectiva focalista de base empirista, imediatista, descritiva da realidade e dos fenômenos com que lida.

O resultado se evidencia em um exercício profissional que tende a subestimar o rigor teórico-metodológico de análise da sociedade e da profissão. De fato, caracterizado por frágil apreensão da base teórico-crítica que fundamenta a análise da questão social e as normativas que ancoram e substantivam o Projeto Ético Político da profissão, é necessário aprofundar a análise desses conceitos, cada vez mais em destaque no vocabulário dos (as) profissionais.

Dessa forma, desenvolvemos, neste artigo, a reflexão em um tópico dedicado à abordagem teórica da temática, destrinchando seus elementos constitutivos, problematizando-os

---

<sup>4</sup> Concordamos com Abreu (2010, p. 05) quando afirma que o Serviço Social se forma e se expressa no complexo profissional constituído de quatro dimensões: intervenção, formação, produção do conhecimento e organização político-acadêmica, vinculadas organicamente e que a intervenção tem a primazia como a dimensão definidora da natureza do Serviço Social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

e apresentando aspectos a serem considerados quando da referência a risco, território, vulnerabilidade, no âmbito da prática profissional na Política de Assistência Social. Ao final, na conclusão, esboçamos caminhos de continuidade da reflexão proposta a partir desses elementos trazidos.

## **2 RISCO, TERRITÓRIO E VULNERABILIDADE: recortes teóricos necessários ao debate**

As contradições geradas no mundo capitalista contemporâneo demandam enorme esforço de pesquisa e clareza teórica que possam contribuir para a análise da realidade concreta. Como bem alerta Lenin (2006), “a análise concreta da situação concreta é a alma viva, a essência do marxismo”. Essa advertência nos parece essencial para entender o movimento da realidade.

Sempre que surgem novas tarefas para a práxis, as conquistas teóricas alcançadas, até então, tornam-se insuficientes, exigindo novas investigações, problematizações e elaborações. Nesse pressuposto, analisar as categorias “Risco”, “Vulnerabilidade” e “Território”, a partir de uma concepção crítica do que está aparente nesse debate, demanda desvelar alguns enigmas que precisam ser enfrentados pela academia, pelos profissionais de Serviço Social e pelos movimentos sociais, no que se refere ao uso, cada vez mais, disseminado dessas categorias.

Risco é enfoque utilizado por diferentes instituições na organização de suas ações, principalmente dentro do campo das políticas públicas de corte social. No geral, é apreendido numa perspectiva de cunho individual, como o perigo de aborto espontâneo ou para assinalar situações coletivas como pessoas em condições de pobreza que habitam moradias construídas em locais em ameaça de desabamento, alagamento, contaminação por vírus. Com base nessa concepção, que deita raízes no liberalismo, legitimam-se formas, modos, saberes e espaços de intervenção, centrados na ideia de indivíduos com capacidades e potencialidades que devem ser responsáveis por si e suas famílias.

Essa concepção é central na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), particularmente, na organização dos serviços de proteção social especial, associados às circunstâncias de violência que arrastam pessoas de diferentes faixas etárias e condições, como adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua. Por esse viés teórico, os indivíduos devem ter seus vínculos familiares fortalecidos para buscar as saídas para “os problemas” que vivenciam.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

De acordo com Dutra (2021, p. 33), “[...] as respostas oferecidas voltam-se para a individualização dos “problemas sociais” e a culpabilização dos indivíduos pelas suas condições de vida, reafirmando um forte caráter moralizador”.

No presente texto, risco é problematizado como noção referida a condições objetivas experimentadas por indivíduos ou famílias, com base no potencial de agravos que podem sofrer nos territórios em que habitam. Consideram-se os tipos de vínculos estabelecidos na produção de mercadorias, seu processo de distribuição e consumo e a forma de governar em Estados Nacionais.

Como é sabido, é da natureza mesma do capitalismo a condição de predador da natureza<sup>5</sup>. De fato, na expansão da produção, necessária ao processo de acumulação, há uma exacerbação do uso de recursos naturais, como a água e a terra, fundamentais para atividades como o agronegócio, a mineração, a siderurgia, a edificação de barragens, rodovias, hidrovias e gasodutos, pontes, hidrelétricas, madeireiras, as atividades industriais, pesqueiras, de pecuária, portuária, além do descarte inadequado dos resíduos desses diferentes processos (SANTANA, SOUSA, 2012).

Na medida em que a produção de mercadorias ocorre, não em função do seu valor de uso, mas a serviço do processo de acumulação, a mobilização da demanda acontece a partir do estímulo ao consumismo que é a “criação artificial de necessidades próprias à rápida e intensa valorização do capital, aderindo à nossa pele, quiçá à nossa alma, como se fossem naturalmente nossas” (MIRANDA, 2016, p. 39). A gestão das formas particulares de consumo é feita em grandes equipamentos onde se deliberam acerca de ciclos e práticas urbanas, demandam escalas de distância e proximidade e atuam como referências de tempos/espacos cotidianos (TELLES, 2007).

Nesse contexto adverso para a manutenção da natureza, mas fundamental ao processo de acumulação, a modernidade capitalista expressa a desigualdade social própria do modo de produção, comportando dois polos apartados por um pensamento abissal que consiste em distinções visíveis e invisíveis que fundamentam as primeiras.

---

<sup>5</sup> Santos (2005) lembra que as linhas do pensamento crítico apontam três características negativas das economias capitalistas: na tradição marxiana a crítica se volta para as desigualdades econômicas e de poder entre as classes; na tradição feminista apontam-se as diferenças de gênero na forma que reproduz a sociedade patriarcal; na teoria de base racial destaca-se a mútua alimentação entre raças e exploração econômica.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

[...] As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro” (SANTOS, 2007, p. 01).

Nesse sentido, os que vivem deste lado da linha, usufruem dos resultados do processo de acumulação e deslegitimam os que vivem do outro lado da linha, impedidos de existir para além do nicho social em que habitam. São grupos subalternizados cuja história de luta e sofrimento expressa a ausência de recursos materiais, alimenta outras fragilidades: trabalho mal remunerado, desemprego, baixa escolarização, situações precárias de saúde e de alimentação, moradias em locais ambientalmente degradados, condições sanitárias inadequadas, violências expressas sob diferentes formas.

No contexto atual, para além das condições objetivas postas pela história e pela natureza do modo produção, é importante lembrar o crescimento do ideário de extrema-direita que defende a retomada do individualismo com o predomínio do vazio, da indiferença e da ignorância em relação ao outro (o que se encontra do outro lado da linha!)<sup>6</sup>. Nesse processo, a noção de riscos individuais se fortalece ao mesmo tempo em que é questionada a ideia de responsabilidade coletiva e pública destes mesmos riscos.

Santana e Sousa (2012) lembram que, nos territórios urbanos, essa subalternização se manifesta, mais profundamente, sobre os moradores de áreas precárias e segregadas que, além da violência das condições objetivas que padecem, vivem cercados de estigmas que, ao despertar a obsessão securitária em presença, fortalece a criminalização da pobreza “reatualizada sob formas renovadas, algumas sutis, outras nem tanto, na maior parte dos casos aberta e declarada” (TELLES, 2007, p. 196).

Nesse sentido, embora, todos estejamos sujeitos a riscos, há os que são “pobres de tudo” e sobrevivem na adversidade<sup>7</sup> transitando entre fronteiras, em uma contextura de ilegalidades, portanto, em níveis do empobrecimento que representam a mais importante aproximação com a exposição a riscos, portanto, demanda entender o modo como se articulam a atração encantatória do moderno mercado de consumo. Também o bloqueio de oportunidades do mercado de trabalho, as práticas lícitas com seus limites postos pelo processo de gestão pública e

<sup>6</sup> Sobre esse tema, recuperar, entre outros, Dornelles (2017).

<sup>7</sup> As expressões são usadas por Yazbek (2012).

privada e as práticas ilícitas do mercado subterrâneo, com suas capilaridades nas práticas cotidianas e nas tramas da sociabilidade popular (ZALUAR, 2004, TELLES, 2007; SOUSA, 2021).

Esta demarcação teórica é importante, pois temos claro que a sociedade capitalista por sua natureza impõe constantes riscos, sobretudo, para aqueles sujeitos que vivem da venda da sua força de trabalho. Ademais, também se entende que se a produção da riqueza é coletiva, os riscos não poderão ser de responsabilidade individual.

É daí que se fortalece o reconhecimento de que a forma como a sociedade está organizada gera riscos, incertezas e inseguranças que podem, a qualquer momento, acometer qualquer pessoa nos diferentes momentos da vida, em particular àquelas que vivam à custa da venda de sua força de trabalho, portanto, as responsabilidades com tais riscos deviam ser coletivas.

No que diz respeito ao debate sobre a vulnerabilidade, teve início nos anos 2000, impulsionado pelas estratégias de combate à pobreza implementadas pelo Banco Mundial. Robert Castel, em seu livro “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário”, coloca a questão da vulnerabilidade social impulsionada pelo colapso dos sistemas de proteção social na sociedade salarial. Castel (1998) explora a crise e a degradação da sociedade salarial na França, demonstrando como, em meados do século XX, o emprego assalariado se tornou a base da sociedade moderna, representando um meio de acesso da classe trabalhadora à riqueza social. O interesse de seus estudos era compreender a fragilidade do vínculo social no contexto da integração, da vulnerabilidade das massas e da desfiliação, fatores que ameaçariam a coesão social.

Nesse processo, a “[...] análise de uma relação com o trabalho veio ocupar um lugar cada vez mais importante” (CASTEL, 1998, p. 23), levando-o a situar a centralidade do trabalho para entender as metamorfoses da questão social que, a partir dos anos 1970, se expressa pela erosão dos sistemas de proteção social baseados em condições estáveis de trabalho. O Estado Social torna-se cada vez menos capaz de desempenhar seu papel “aglutinador” da economia para manter o equilíbrio social. Esse cenário dá início ao que o autor descreve como “[...] uma mobilidade generalizada das relações de trabalho, das carreiras profissionais e das proteções ligadas ao estatuto do emprego” (CASTEL, 2005, p. 45).

Para Castel (1998), a questão social é compreendida a partir do enfraquecimento da condição salarial, resultando em um novo aumento da “vulnerabilidade das massas”. Isso representa “[...] uma preocupação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ameaçada pela ruptura apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto” (1998, p. 41). Em outras palavras, trata-se do crescimento contínuo de um “exército de desfilados” que ameaça a coesão social. O conceito de coesão social é referenciado na inserção dos indivíduos em uma determinada estrutura social ou sistema. Assim, Castel entende a coesão social como um problema de integração, relacionado à vulnerabilidade ou desintegração.

O uso do termo vulnerabilidade não é uma questão meramente semântica. O que temos, na verdade, é uma armadilha em que se desistoriciza, descontextualiza os fundamentos da questão social e desloca o seu enfrentamento para fenômenos aparentes.

Entendemos que o enfoque dado ao conceito de vulnerabilidade não leva em conta a inserção dos sujeitos no mercado precarizado de trabalho, e, como apontam Arregui *et al* (2023, p. 144), “a substituição mecânica de uma denominação genericamente consensuada que abarca tudo e nada explica, não só oculta as formas de destituição, exploração e espoliação na atual fase do capitalismo, sob hegemonia do capital financeiro, como também torna ilegível a compreensão do caráter estrutural da desigualdade social[...]”.

Dessa forma, o conceito de vulnerabilidade social, amplamente difundido, parte da concepção de um sujeito abstrato, destituído das suas condições históricas, próprias das perspectivas pós-modernas cuja base está fundada em uma “sociedade desigual, reproduzindo uma lógica de quantificação social – sob uma lente positivista e/ou fenomenológica – que não admite pensar categorias centrais a partir da síntese de múltiplas determinações”. (Arregui *et al*, 2023, p. 160).

A vulnerabilidade, portanto, mais do que um conceito individualizante, refere-se a um estado ou condição de vida temporária, convergindo com a discussão de Castel (1998), que sugere que a vulnerabilidade é uma zona ocupada pelo indivíduo quando certos direitos sociais deixam de ser garantidos.

Dessa forma, os conceitos de risco e vulnerabilidade social foram incorporados na PNAS como princípios orientadores das características dos usuários. No entanto, o documento não problematiza o significado desses conceitos e, além disso, sugere a premissa de responsabilizar o usuário por sua condição, eximindo o Estado da responsabilidade de garantir o acesso universal às políticas públicas.

No que se refere ao debate sobre a categoria Território, constata-se que quase sempre há um uso corriqueiro que expressa concepções diversas, em particular, no contexto do processo de implementação da Política Pública de Assistência Social. Desse modo, considera-se a



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

importância e a necessidade de um delineamento do campo teórico-conceitual pela qual esta categoria transita e como vem sendo compreendida pelas/os assistentes sociais.

De início, cabe dizer que, por muito tempo, a discussão de território foi situada na área dos estudos de Geografia. Para Stürmer e Da Costa (2017), essa trajetória no âmbito da teoria geográfica, acabou fomentando definições variadas que se consolidaram, contrastando com a superficialidade de certos usos e interpretações.

Ainda de acordo com Stürmer e Da Costa (2017, p. 02),

A utilização do conceito de território sem consulta à literatura geográfica produziu inúmeras noções errôneas como a de território enquanto mero suporte e substrato em que se assenta uma dada população. Não obstante isso apareça em documentos oficiais que subsidiam políticas públicas e orientam ações de governo, os erros e imprecisões mais comuns geralmente contam com ampla divulgação dos meios de comunicação de massa e mídias sociais.

Buscando transpor este viés reducionista na abordagem do território é que Fuini (2017, p. 03) diz que a partir dos anos 1990 a própria ciência geográfica passou a conceber esta categoria de outra forma, questionando inclusive, a hegemonia do paradigma moderno; no entender do autor citado, esse movimento acaba provocando uma transição epistemológica. Desse modo, ainda segundo esse autor, foram emergindo novos termos para a questão territorial como, por exemplo, desterritorializações, multi-territorialidades, micro territorialidades, movimentos socioterritoriais, demonstrando que o conceito passa a ser apropriado por outras áreas de conhecimento e, portanto, passando a expressar outras interpretações delas oriundas.

Nesse processo, ainda segundo Fuini (2017), esta categoria absorve influências das abordagens advindas da Antropologia Social herdadas das correntes pós-estruturalistas e culturalistas que vão trazer para a discussão questões referentes ao exercício do poder e dos controles socioespaciais. Difundem também nova concepção para a abordagem territorial, na medida em que ela vai se efetivar descolando o debate “da figura do Estado, reconhecendo que a construção social de territórios pode se dar em diferentes dimensões, escalas e pode também contemplar a luta dos povos e grupos sociais (visto também como um direito) (Fuini, 2017, p. 04).

Como apontado pelos autores aqui citados, temos que ter presente que a abordagem territorial também não se constitui um mero termo semântico, mas se configura como uma categoria teórica que como tal tem sido apropriada e tematizada por diversas correntes do pensamento moderno e ao longo desse percurso tem passado por períodos de maior ou menor ênfase.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Nesse sentido, diz Fuini (2017, p. 07), é que [...] as tentativas de superação da modernidade, como paradigma de mundo, convergiram também com uma renovação e atualização do debate territorial. Duas tendências parecem se destacar nesse debate: uma de cunho materialista-histórico e marxista, a tratar da produção e domínio do espaço e da relação capital trabalho vis a vis às contradições e conflitos sociais. A outra, de apesar de certa influência marxista, destaca as territorialidades e desterritorializações que se definem pelos fluxos “decodificados de produção mercantis”, a escapar dos contornos estatais, bem como pelas subjetividades dos “desejos, dos sonhos, do amor e da esquizofrenia”, atrelada à reprodução do capital e ao processo de reterritorialização.

Lefebvre (1975) problematiza também a importância do território que encerra as determinações políticas e econômicas de cada realidade específica, portanto, no seu entender, além de local de relações sociais onde se dá o consumo coletivo, reflete a forma de organização e distribuição dos meios de produção.

O referencial teórico, aqui demarcado, possibilita afirmar que as categorias risco, vulnerabilidade e território, constitutivas da Política Nacional de Assistência Social, refletem *mero suporte e substrato em que se assenta uma dada população*. Por este viés teórico, as ações da política seriam uma espécie de “suporte” para a população que está localizada em áreas onde a intervenção do Estado, até então, não chegava, e agora chega ali para atuar.

Essa perspectiva incorporada pela PNAS, que se mostra, de certo modo, reducionista, acabou sedimentando no âmbito do processo de implementação da política uma noção limitada de risco, vulnerabilidade e território, uma vez que, no geral, passam a ser vistos e entendidos pelos (as) profissionais que trabalham nessa área, como conceitos desvinculados da trama social constitutiva de relações sociais.

Desse modo, o que temos identificado nas pesquisas que realizamos junto a profissionais operadores da política pública de assistência social é uma apreensão que descola os sujeitos e os territórios da trama das determinações sócio estruturais onde estão inseridos e que têm sido aprofundadas no atual contexto de intensificação do ideário neoliberal conservador que vem impregnando a vida dos sujeitos que ali vivem. Ainda que tenhamos claro que “[...] a territorialização não resolve problemas de estrutura, deve-se afirmar, que ela pode ser uma potência política no processo de luta popular, com todas as exigências que essa movimentação requer” (PAIVA *et al*, 2014, p. 58).

Em suma, as informações construídas em determinado espaço territorial podem levar a um estreitamento dos compromissos que os(as) profissionais e o Estado devem assumir, com vistas a minorar as situações específicas que configuram e agudizam as diversas refrações da questão social, em particular as situações de pobreza que tanto afligem a vida dos sujeitos que são “usuários” das ações da PNAS.

Tais conceitos, tal como estão sendo incorporados no cotidiano da categoria, tendem a conformar uma cultura profissional que, a despeito da referência no projeto profissional crítico, aponta o enaltecimento do imediatismo, do pragmatismo e do individualismo como alternativas corretoras da questão social. O que impossibilita apreender a realidade em suas contradições e mediações. Perspectiva inteiramente funcional à orientação contemporânea do grande capital, proposta pelas agências multilaterais para o “combate” à pobreza.

O cotidiano da intervenção profissional do assistente social está imerso em uma multiplicidade de projetos culturais conflitantes, porque oriundo da construção das classes em disputa na sociedade. Somente a consciência crítica do profissional possibilita a escolha e alternativas, no seu trabalho assalariado, por caminhos que apontem para a própria identidade profissional no horizonte da transformação pretendida pelo projeto ético-político que funda a formação profissional do/da assistente social.

A própria escolha por esse ou aquele horizonte é decorrente da cultura profissional na qual a/o assistente social está inserida/o. Segundo aponta Coutinho (2011), a organização da cultura deve ser entendida como um sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo. As “organizações culturais” servem para difundir ideologia de um modo geral.

Entende-se que, para o capitalismo, é fundamental mascarar as desigualdades sociais, frequentemente apresentando-as como naturais. Isso tende a neutralizar as lutas dos trabalhadores, reforçando as condições materiais e ideológicas que sustentam o desenvolvimento do sistema capitalista por meio da exploração do trabalho.

Uma estratégia da classe dominante é “reorganizar a cultura para adequá-la às alterações introduzidas no padrão de racionalização da produção e do trabalho, tendo em vista a unidade em torno dos interesses da acumulação capitalista. Visa, portanto, eliminar as resistências, o dissenso, na busca da adesão e do consentimento do trabalhador a exigências do desenvolvimento econômico” (ABREU, 2017, p. 09).

Assim, a própria linguagem tem um papel central na formação da cultura, nela se encontra a concepção de mundo que significa uma maneira de comunicação e expressão humana valendo de códigos, noções, conceitos carregados de sentidos e conteúdo. A linguagem é uma “coisa viva e um museu de fósseis da vida e das civilizações passadas. (GRAMSCI, 2002, p. 156). A linguagem é assim entendida como luta cultural para transformar a ‘mentalidade’ popular e difundir ideologias.

Nesse contexto, temos a relação desse processo com novos conceitos que estão presentes no exercício profissional, conformando uma cultura profissional no âmbito da Assistência Social que resulta em atendimentos e vocabulários que, como já afirmamos, enaltecem o imediatismo, o pragmatismo e o individualismo, impossibilitando a compreensão da realidade em suas contradições e mediações. Dessa forma, cabe ao profissional do Serviço Social perceber atentamente tênues, mas significativas alterações nos termos do dia a dia que, pouco a pouco, vão camuflando a essência do movimento da sociedade que é a luta de classes: risco, vulnerabilidade, por exemplo, vão substituindo miséria, pobreza, exploração, desigualdade social. Linguagem dessa cultura profissional que escamoteia as expressões da questão social engendradas pela disputa capital x trabalho.

O exercício pedagógico da intervenção profissional dos/as assistentes sociais passa exatamente pela reelaboração das estratégias definidas em disputa pela hegemonia: ora estabelecendo um certo conformismo, ora, na contradição das diversas e distintas instituições, privadas e públicas, no cotidiano do trabalho assalariado da/o assistente social, contribuindo para o rompimento com o conformismo subalternizador, sobretudo no âmbito das políticas sociais sob predominância do projeto dominante neoliberal/ultraneoliberal conservador (ABREU, 2022, p. 260).

Em um cenário de recrudescimento do conservadorismo, há uma tendência crescente de que o/a assistente social redimensione sua demanda profissional, subordinando-a à demanda institucional, o que leva ao relativismo metodológico e, conseqüentemente, a um relativismo ético e político. A demanda institucional se apresenta ao profissional de maneira direta, sem mediações, sendo orientada por objetivos técnico-operativos, metas e uma determinada inserção espacial (como bairros ou municípios), programática (dividida por projetos ou áreas de atuação), ou populacional (como crianças, idosos, migrantes, etc.). Em resumo, essa demanda aparece envolta em imediatividade, com um “fim em si mesma” (PONTES, 2010, p. 168). Essa postura reflete uma análise superficial da realidade, que falha em analisar os determinantes sociais e em

estabelecer as mediações necessárias para formular ações de enfrentamento às refrações da questão social.

Esse processo é influenciado pelas contradições e tensões do mercado de trabalho, que se concentram em políticas sociais focalizadas e são marcadas pelas mudanças no mundo do trabalho no contexto atual da crise estrutural do capital. Além disso, é afetado pelas condições concretas de retrocesso na organização da classe trabalhadora em geral e dos/as assistentes sociais, bem como pelo avanço da mercantilização da Educação Superior, especialmente na modalidade EAD, caracterizada por uma formação aligeirada e centrada no irracionalismo teórico-político dos fundamentos da realidade social. Esses fatores impactam diretamente as condições objetivas da intervenção profissional.

A Política Nacional de Assistência Social determina que é responsabilidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) identificar os riscos, as vulnerabilidades e os recursos disponíveis para enfrentá-los no território.

É possível dizer que as categorias risco e vulnerabilidade encerram concepções teóricas diversas expressando ênfase em aspectos individuais, sócio estruturais ou culturais. Nesse sentido, como bem ressalta Dutra (2021), embora haja alguns avanços, acerca da compreensão da categoria, também é identificado que se mantêm discordâncias e tentativas de superação, às vezes trazidos como aportes novos, porém, na realidade, são ressignificações que denotam as mesmas perspectivas e propósitos. Para Dutra (2021, p. 49), “na realidade tem sido observado que, geralmente o termo risco é usado com o objetivo de legitimar ações de interesse econômico e político de grupos das classes dominantes, tendo como alvo os segmentos mais empobrecidos [...]”.

Despertar o senso crítico para o alerta dos termos, categorias e conceitos trabalhados no cotidiano profissional é tarefa diária e necessária para não perder o rumo do projeto ético-político da profissão, particularmente no âmbito da política da assistência social.

### **3 CONCLUSÃO**

Das ponderações desveladas no presente texto, chegamos a três conclusões centrais: a primeira diz respeito à relação antagônica entre os alicerces em que foi forjado o Projeto Ético-Político da Profissão estruturado com fulcro na matriz marxiana e a prática profissional que ainda



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

apresenta traços conservadores acentuados. Tal contraposição, que coloca em xeque aspectos da relação entre instituições formadoras e instituições executoras, cria uma cultura e uma dinâmica social que contagia toda a vida social dos trabalhadores.

A segunda conclusão trata sobre os elementos constitutivos da PNAS, o que possibilita inferir que, nesse caldo cultural, as categorias território, vulnerabilidade e risco podem fortalecer um viés teórico sustentado na ideia de que as ações dessa política seriam uma espécie de “suporte” para a população que está localizada em áreas onde o Estado passou a atuar ou por boa vontade do governante em presença ou mesmo por cumprimento de uma plataforma política de cariz social democrata. Esta perspectiva reducionista, acabou sedimentando, no âmbito do processo de implementação da política, uma noção limitada dessas categorias que passam a ser vistas e entendidas por parte dos (as) profissionais, como conceitos desvinculados da trama social constitutiva de relações sociais capitalistas.

A terceira conclusão é que as informações construídas em determinado espaço territorial podem levar a um estreitamento dos compromissos que os(as) profissionais e o Estado devem assumir, com vistas a minorar as situações específicas que configuram e agudizam as diversas refrações da questão social, em particular as situações de pobreza que afligem a vida dos sujeitos que são “usuários” das ações da PNAS.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. SERVIÇO SOCIAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E LUTAS SOCIAIS: inflexões na cultura profissional. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA: São Luis/MA. 2011.

\_\_\_\_\_. A cultura profissional da assistência, do direito e da crítica emancipatória no Serviço Social: fundamentos e formas de expressão na sociedade brasileira a partir dos anos 1990. Projeto de Pesquisa. São Luis: PPGPP/UFMA, 2017.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da intervenção em Serviço Social e educação popular na formação da cultura pelos subalternos. In: Gramsci: cultura e luta de classes na América Latina. Org. Abreu, Mariana Maciel; Lima, Cristiana; Santana, Nonata. São Paulo: Expressão Popular. 2022.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ABREU, Marina Maciel. LOPES, Josefa Batista. A QUESTÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E A DETERMINAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Espírito Santo: 2018.

ARREGUI, Carola Carbajal; SANTOS, Aila Fernanda dos; FERREIRA, Camila Caroline de Oliveira; JUNIOR, Ubiratan de Souza Dias. Vulnerabilidade Social: fundamentos teóricos-metodológicos e implicações no campo da proteção social. In: Vulnerabilidades Sociais: direitos negados. Org: SILVA, M. O. da Silva e; GONÇALVES: Claudia Maria da Costa; FREITAS, Ana Teresa de; DESTERRO, Rodrigo. Editora CRV: Curitiba. 2023.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

DORNELLES, João Ricardo W. Direitos humanos em tempos sombrios: barbárie, autoritarismo e fascismo do século XXI. **RIDH**. Bauru, v. 5, n. 2, p. 153-168, jul./dez., 2017.

DUTRA, Adriana Soares. **Gestão de desastres e serviço social**: o trabalho de assistentes sociais junto a órgãos municipais de proteção e defesa civil. Curitiba: Apris editora, 2021, 2ª edição

FUINI, Lucas Labigalini. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira, CUADERNOS DE GEOGRAFÍA, REVISTA COLOMBIANA DE GEOGRAFÍA, Vol. 26, n.º 1 ene.-jun. de 2017 | ISSN 0121-215X (impreso) · 2256-5442 (en línea) | BOGOTÁ, COLOMBIA, disponível em [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-) acesso em 26.06.2024;

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 3, 2002.

LEFEBVRE, H. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&Aeditora, 1999.

LENIN, Vladimir Ilich. Que fazer A organização como sujeito político. Trad. Rubia Prates Goldoni. São Paulo: Martins. 2006.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

MIRANDA, Maria Leidinalva. A reinvenção dos dias: ética e resistência emancipatória no Serviço Social contemporâneo. (**Tese**) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas. São Luís: UFAMA, 2016.

PAIVA, Beatriz Augusto de; CARRARO, Dilceane; ROCHA, Mirella Farias. Cartografia teórico-metodológica no estudo da proteção socioassistencial básica do SUAS, In. PAIVA, Beatriz Augusto (Org.). Sistema único de assistência social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração, São Paulo: Veras Editora, 2014 – (Coleção coletâneas);



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e apropriação pelo Serviço Social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010

REIS, Carolina et al. A produção do conhecimento sobre risco e vulnerabilidade social como sustentação das práticas em políticas públicas. *Rev. Estud. psicol. (Campinas)* v.3, n. 4. Dez 2014 •. <https://www.scielo.br/j/estpsi/>.

SANTANA Raimunda Nonata do N e SOUSA Salviana de Maria P **S. Gestão pública e racionalidade administrativa:** demarcações sobre o processo de gestão ambiental urbana no Brasil. *Argumentum, Vitória (ES)*, v. 4, n.2, p.189-207, jul./dez. 2012 <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal:** das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estud. CEBRAP* (79). Nov 2007

\_\_\_\_\_. **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.2005.

STÜRMER. Arthur Breno; Da Costa. Benhur Pinós. Território: aproximações a um conceito-chave da geografia, *Geografia, Ensino & Pesquisa*, Vol. 21 (2017), n.3, p. 50-60 ISSN: 2236-4994 DOI: 10.5902/2236499426693, disponível em <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/26693/pdf>, acesso em 02.07.2024.

TELLES, Vera. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa). IN: OLIVERIA, Francisco e RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). *A era da indeterminação.* São Paulo: Boitempo.2007, p.195-220.

YAZBEK, Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012

ZALUAR, Alba. **Integração perversa:** pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro, FGV, 2004